

ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS NO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Victoria Soares Vidal¹; Flávio Alves da Silva²; Wilma Magaldi Henriques³

1. Estudante do curso de Psicologia; e-mail: vitoriasvidal@hotmail.com
2. Professor da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: flaviosilva@umc.br
3. Professor da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: wilmah@umc.br

Área de Conhecimento: **Psicologia**

Palavras-Chave: Violação de direitos; ECA; Crianças; Adolescentes.

INTRODUÇÃO

Mesmo após a conquista do direito à proteção integral, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), crianças e adolescentes ainda sofrem com diversas formas de violações de seus direitos e violências. Segundo o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2013, p. 52-53) a atuação do Psicólogo deve contribuir com a transformação social, tendo como princípios o “respeito aos direitos humanos, democracia, emancipação e autonomia dos sujeitos”. Considerando que o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA) é composto pelos sistemas educacional, de saúde (SUS), de atendimento socioeducativo, de justiça, segurança pública e de assistência social (SUAS), e que há psicólogos inseridos em todos esses sistemas, faz-se relevante refletir sobre suas práticas profissionais e questionar: O que e como fazem os psicólogos diante da violação dos direitos das crianças e adolescentes?

OBJETIVO GERAL

Identificar e analisar as práticas dos Psicólogos que atuam no Sistema de Garantias de Direitos de Crianças e Adolescentes na região do Alto Tietê diante de situações de violação de direitos previstos em lei.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os recursos utilizados para atendimento das crianças e adolescentes vítimas de algum tipo de violação de direitos;
- Verificar como é a relação com os demais profissionais que atuam na rede de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados;
- Identificar os principais encaminhamentos para os casos de violação dos direitos;
- Analisar as práticas utilizadas pelos diferentes equipamentos do Sistema de Garantia de Direitos.

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo exploratória, que se utiliza da metodologia da História Oral Temática, conforme o proposto por Meihy e Holanda (2007). Foram entrevistados 15 psicólogos que atuam no SGDCA, atendendo crianças e adolescentes vítimas de algum tipo de violação de direitos na região do Alto Tietê há pelo menos dois anos. Os participantes receberam e concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, contendo os propósitos do estudo e esclarecimentos necessários para a

tomada de decisão pela participação voluntária na pesquisa. Os riscos foram considerados mínimos e os possíveis benefícios se relacionam à contribuição para o avanço do conhecimento sobre as práticas dos psicólogos e combate às violências praticadas contra crianças e adolescentes. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista aberta, utilizando como pergunta disparadora: "Pode nos contar sobre sua experiência no atendimento a crianças e adolescentes que têm seus direitos violados?". Essas entrevistas foram realizadas individualmente e registradas com o uso de gravador eletrônico. A análise foi feita a partir da transcrição fiel das gravações das entrevistas, buscou-se pelas palavras-chaves nos relatos que contivessem a questão desta pesquisa, para realização da textualização e posterior cartografia (MEIHY, 1991). Os recortes dos depoimentos foram correlacionados com reflexões dos pesquisadores, na busca por sentido acerca das questões levantadas.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Com base no relato dos psicólogos, foi observado que eles se veem diante de inúmeras violações de direitos em sua rotina de trabalho. Foi possível inferir que o público que acessa o SGDCA por ter seus direitos violados, é, em sua maioria, uma população que apresenta vulnerabilidade social. Bauman (2000, apud BATISTA, 2003, p. 8) aponta que a pobreza tornou-se "sem destino, precisando ser isolada, neutralizada e destituída de poder". Batista (2003, p. 8) fala sobre o poder político nacional, indicando que trata-se de "um poder político que não pode reduzir a violência que a sua impotência gera", indicando que o Estado se mostrou omissivo de inúmeras formas, e, para legitimar sua omissão e as violências cometidas pelo próprio Estado, passa a criminalizar as classes mais pobres. Considera-se que o exposto reflete uma violência estrutural (MINAYO, 2006 apud COELHO, SILVA, LINDNER, 2018). Essa temática se mostra importante para evitar a culpabilização das famílias, ou responsabilização de crianças e adolescentes pelas violências às quais são submetidos. Na atuação dos psicólogos no SGDCA se mostrou presente a preocupação em atender e fortalecer as famílias, não exclusivamente as crianças e adolescentes. Para perpetuar o controle perante a sociedade, não é incomum que o Estado cometa violências contra a população periférica. Foucault (1987, p. 15-16) denuncia que "a justiça não mais assume publicamente a parte de violência que está ligada a seu exercício.", e indica que "um exército inteiro de técnicos veio substituir o carrasco", incluindo os profissionais de Psicologia. Assim, aos psicólogos se revela o desafio de não contribuir com a legitimação da violência de Estado diante das situações em que as violações de direito se mostram presentes em sua rotina de trabalho, não se omitindo e enfrentando essas situações. Sobre os recursos utilizados para esses atendimentos, observou-se que são utilizados principalmente a escuta, recursos lúdicos e realização de grupos. Identificou-se que os principais encaminhamentos para os casos de violação dos direitos ocorrem para o Conselho Tutelar, Ministério Público, CRAS, saúde e educação. Também foi observado que o desconhecimento sobre o funcionamento dos serviços e demais equipamentos prejudica esse relacionamento e articulação de rede, ocasionando, por exemplo, encaminhamentos equivocados. Nas práticas utilizadas, verificou-se que existem dificuldades de relacionamento com os demais profissionais que atuam no SGDCA, devido a entraves institucionais, ausência e/ou insuficiência de serviços e equipamentos, dificultando a efetivação dos encaminhamentos devido à rede insuficiente, principalmente no que diz respeito à saúde mental. Como alguns dos desafios para atuação, foram indicados o contexto de vulnerabilidade social do público atendido e desmonte de políticas públicas. Como possível estratégia para enfrentamento das situações de violação de direitos, foi apresentado o foco na prevenção, evidenciando a importância das políticas públicas, e preocupação com a linha tênue entre cuidado, prevenção e uma política assistencialista. A preocupação com a formação dos futuros psicólogos

revelou-se algo de extrema relevância. Independentemente da área de atuação, verificou-se que os psicólogos realizam um acolhimento com as pessoas que chegam ao equipamento em que atuam e, depois disso, realizam um diagnóstico e planejamento. Os psicólogos falaram sobre a dificuldade de lidar com as expectativas que são depositadas em sua atuação, como a de superação da violência. A análise dos dados apontou para uma questão inquietadora: o que é próprio da atuação do psicólogo? Ainda que apontada como positiva a atuação multidisciplinar, mostrou-se desafiadora a tentativa de diferenciar o psicólogo dos demais técnicos. Esse questionamento não é um fato atual, o mesmo foi realizado em 1981, no Primeiro Encontro Regional de Psicologia na Comunidade (LANE, 1996) e a pergunta, longe de ter respostas fechadas, parece ecoar na prática dos psicólogos. Observou-se que há uma representação social, ou seja, “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado” (JODELET, p. 4), acerca do que é ser psicólogo, como se a atuação dos profissionais de Psicologia fosse limitada a uma prática clínica. Muitos dos profissionais se preocuparam em afirmar que seu foco de trabalho não é a psicoterapia. Foi recorrente o uso de expressões que indicassem que o profissional acreditava que seus questionamentos e dúvidas eram exclusivamente seus. Contudo, como essa questão surgiu em várias entrevistas, é possível inferir que os psicólogos não estejam dialogando entre si. Observou-se que muitos profissionais compreendem a necessidade da articulação da rede existente e também da aproximação dos equipamentos com o território em que as famílias vivem para realizar ações de prevenção e promoção de direitos. Contudo, os relatos indicam que ainda há dificuldades para realizar essas atividades na prática.

CONCLUSÕES

A atuação dos psicólogos no SGDCA se revelou uma tarefa árdua. Foram elencados diversos desafios e dificuldades para as práticas diárias, mas também esteve presente nas falas dos entrevistados a inquietação com relação às situações em que ocorrem violações de direitos, bem como a intenção de ir além do que realizam atualmente, no sentido de inovar suas práticas e postura enquanto profissionais. Conclui-se que seja necessário um fortalecimento da rede que compõe o SGDCA no Alto Tietê, que se faz fundamental o investimento em políticas públicas na região e também formação e capacitação permanente de profissionais que atuam nesse contexto, em um exercício contínuo de repensar sua prática. Considera-se que esse estudo não esgota toda a temática da atuação de psicólogos no SGDCA. Portanto, sugere-se que sejam realizados novos estudos na área e debates, não só entre os profissionais, mas um diálogo frequente com a população, visando a educação em direitos. Diante de tantas violações de direitos, revelou-se tarefa dos psicólogos resistir e enfrentar as atuais violências estruturais, os desmontes das políticas públicas, os golpes de Estado e congelamento de gastos, e procurar refletir acerca de sua prática a todo o momento, evitando a culpabilização das famílias e legitimação dos diversos tipos de violência, promovendo a democracia e os direitos da população a partir de um fazer crítico. Considera-se importante a criação de uma rede de profissionais articulados e empenhados em aprimorar sua prática, trocando vivências, dispostos a traçar metas e construir juntos estratégias para alcançar objetivos coletivos e, para tanto, o diálogo entre os psicólogos mostra-se extremamente importante. Sobre essa difícil atuação, as palavras de Cora Coralina (apud FAGUNDES, 2014) revelam um eco do que foi exposto pelos profissionais, que resistem aos desmontes das políticas públicas e às dificuldades que diariamente se fazem presentes:

Desistir... eu já pensei seriamente nisso, mas nunca me levei realmente a sério; é que tem mais chão nos meus olhos do que o cansaço nas minhas pernas, mais esperança nos meus passos, do que tristeza nos meus ombros, mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Vera Malaguti. Prefácio. In: WACQUANT, Loïc. Punir os pobres. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

COELHO, Elza Berger Salema; SILVA, Anne Caroline Luz Grüdtner; LINDNER, Sheila Rubia. Violência por parceiro íntimo: definições e tipologias. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. 36 p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para Prática de Psicólogos (os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS. 1 ed. Brasília: CFP, 2013.

FAGUNDES, Danny Laura. Imunologia das Interações Materno-Fetais no Diabete e na Hiperglicemia Gestacional Leve. Botucatu – Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2014.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 288 p.

JODELET, Denise. Représentations sociales: um domaine en expansion. In: _____. Les représentations sociales. Paris: PUF, 1989, p. 31-61. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica: Alda Judith Alves-Mazzotti. UFRJ- Faculdade de Educação, dez. 1993.

LANE, Silvia Tatiane Maurer. Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia. 13ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 1996, p. 17-34.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Canto de morte Kaiowá, história oral de vida. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabiola. História oral: como fazer. São Paulo: Contexto, 2007.

AGRADECIMENTOS

Ao querido professor, parceiro, principal incentivador e apoiador desse projeto, Flávio Alves Da Silva. À professora Wilma Magaldi Henriques, por ter aceitado embarcar conosco nessa viagem, contribuindo imensamente. Aos colegas do Grupo De Estudos que agregaram tanto às discussões. Aos Psicólogos que concordaram em participar. Aos familiares e amigos (sempre presentes) por todo o carinho, apoio e compreensão.